

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

José Theógenes Cronemberger Guimarães Filho^{1*}
Leonardo Ferreira Barbosa da Silva **

RESUMO

O passado político do Brasil é de fundamental importância para a compreensão de acontecimentos que ao longo de sua história caracterizaram o perfil político e social da população brasileira. Desta forma o presente trabalho terá como objetivo buscar compreender e apresentar sobre o processo de independência no Brasil, com foco no aspecto político e histórico. Este trabalho busca ainda assim apresentar impactos do período inicial após a independência e sua evolução, com consequências que moldaram e impactaram a população brasileira. Se vai avaliar assim como este período pós independência é caracterizado pela transição da monarquia a república. Neste cenário em meio a crises políticas, econômicas, sociais e religiosas surgem várias revoltas populares em diversas partes do território brasileiro em resposta ao desrespeito aos direitos sociais da população, esse período é caracterizado pelo controle das oligarquias e a forte influência dos coronéis. Com o descontentamento da classe militar e sem o apoio dos fazendeiros e grandes produtores da época a situação ficou insustentável para o imperador que acaba sofrendo o golpe e a república é proclamada no Brasil no dia 15 de novembro de 1889. Neste trabalho, é abordado assim o momento político e o contexto social do processo de independência e situações que o mesmo trouxe, como a em que a república é instaurada. Esta pesquisa é justificada pela importância dada aos acontecimentos para a história do Brasil, para compreensão do contexto político e o aspecto social que envolvia o aspecto político durante a transição do governo monárquico para o republicano e o período conhecido como primeira república, que vai de 1889 com a proclamação no dia 15 de novembro e termina com a revolução de 1930. Esta pesquisa do tema foi feita com coleta de dados, ou seja, uma pesquisa de revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Bicentenário. Independência. República. Monarquia. Brasil.

ABSTRACT

Brazil's political past is of fundamental importance for the understanding of events that throughout its history have characterized the political and social profile of the Brazilian population. Thus, the present work will aim to understand and present the process of independence in Brazil, focusing on the political and historical aspects. This work still seeks to present impacts from the initial period after independence and its evolution, with consequences that shaped and impacted the Brazilian population. It will be assessed how this post-independence period is characterized by the transition from monarchy to republic. In this scenario in the midst of political, economic, social and religious crises, several popular uprisings arise in different parts of the Brazilian territory in response to the disrespect for the social rights of the population, this period is characterized by the control of the oligarchies and the strong influence of the colonels. With the discontent of the military class and without the support of the farmers and large producers of the time, the situation became untenable for the emperor who ended up suffering the coup and the republic was proclaimed in Brazil on November 15, 1889. In this work, the political moment and the social context of the independence process and situations that it brought, such as the one in which the republic is established, are approached. This research is justified by the importance given to events in the history of Brazil, to understand the political context and the social aspect that involved the political aspect during the transition from monarchic to republican government and the period known as the first republic, which goes from 1889 with the proclamation on the 15th of November and ends with the 1930 revolution. This research on the topic was carried out with data collection, that is, a literature review survey.

Keywords: Bicentennial. Independence. Republic. Monarchy. Brazil.

^{1*} Capitão da Arma de Infantaria. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2005. Mestre em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (AMAN) em 2013.

1 INTRODUÇÃO

O passado político do Brasil é de fundamental importância para a compreensão de acontecimentos que ao longo de sua história caracterizaram o perfil político e social da população brasileira. Desta forma o presente trabalho terá como objetivo buscar compreender e apresentar sobre o processo de independência no Brasil, com foco no aspecto político e histórico.

Este trabalho busca ainda assim apresentar impactos do período inicial após a independência e sua evolução, com consequências que moldaram e impactaram a população brasileira.

Vamos avaliar assim como este período pós independência é caracterizado pela transição da monarquia a república. Neste cenário em meio a crises políticas, econômicas, sociais e religiosas surgem várias revoltas populares em diversas partes do território brasileiro em resposta ao desrespeito aos direitos sociais da população, esse período é caracterizado pelo controle das oligarquias e a forte influência dos coronéis

A Primeira República ficou conhecida como república dos coronéis justamente pela ação dos grandes proprietários de terras que tinha forte influência política e econômica nas regiões. Como deixa claro Leandro Carvalho em seu artigo: *As origens do coronelismo no Brasil*. “O título de coronel chegou a ser vendido durante o regime imperial e era o posto mais alto da hierarquia da Guarda Nacional e com isso, os grandes proprietários de terra e escravos passaram a ter poderes militar e de polícia dos municípios.

O coronel era sempre a pessoa mais poderosa do Município. Como ao longo da história do Brasil, a agricultura sempre foi fator de maior destaque na economia brasileira, tal condição ajudava a justificar o poder dos grandes produtores, mais foi durante a primeira república que os coronéis se consolidaram como poder local e a exercer maior controle político e influenciando diretamente na vida das pessoas da região.

O movimento republicano no Brasil, ganha força a partir de acontecimentos que fragilizaram a soberania da monarquia que vigorava desde a independência em 1822, após a guerra do Paraguai (1864-1870) o Brasil acaba enfrentando uma crise econômica agravada pelos custos da guerra, e a classe militar do país que tinha acabado de vencer uma guerra e esperava reconhecimento, acabou não

conseguindo tal reconhecimento além de sofrer algumas censuras por parte do governo, o que causou descontentamento da classe militar com imperador Dom Pedro II. Em 1889 depois de sofrer com a pressão durante anos de movimentos abolicionistas, a filha do imperador que estava na condição de princesa regente acaba sendo pressionada a assinar a Lei Aurea que põe fim à prática da escravidão no Brasil. Mesmo sendo um país com abolição tardia depois de várias nações já terem abolido a escravidão, tal acontecimento trouxe consequências negativas para a monarquia, pois causou o descontentamento da classe dos fazendeiros que acabaram perdendo toda a mão de obra que movimentava a produção das grandes fazendas e dos produtores que não tiveram por parte do governo, uma solução para a substituição da mão de obra escrava.

Com o descontentamento da classe militar e sem o apoio dos fazendeiros e grandes produtores da época a situação ficou insustentável para o imperador que acaba sofrendo o golpe e a república é proclamada no Brasil no dia 15 de novembro de 1889. Ainda existem muitos fatores a serem observados que rodeiam o golpe republicano, por exemplo, o papel da população no movimento e o desconhecimento da maioria das pessoas que algo de tamanha expressividade estaria prestes a acontecer.

Neste trabalho, é abordado assim o momento político e o contexto social do processo de independência e situações que o mesmo trouxe, como a em que a república é instaurada.

1.1 PROBLEMA

Com o estudo sobre o processo de independência percebe-se que o fim do regime político imperial no Brasil não acontece de forma súbita.

Dos muitos fatores que levaram a decadência do governo imperial no Brasil o mais expressivo deles foi sem dúvidas a insatisfação do exército, o que levou os militares a liderar o movimento, depois da guerra do Paraguai a dívida externa brasileira aumenta e prejudica a economia, os militares que tiveram seu prestígio elevado desejavam maior poder, reconhecimento e prestígio, porém ao contrário disso sofreram algumas censuras por parte do governo e não conseguiram a notoriedade desejada.

Desta forma, avaliar todos os aspectos envolvidos pode melhorar a

compreensão dos fatores e cenário político da história do Brasil.

Qual o papel do processo de independência e seus aspectos políticos e históricos envolvidos na construção de cultura na população brasileira?

Abaixo expõe-se algumas questões de estudo podem ser formuladas no entorno deste questionamento:

- a. Como se deu a independência do Brasil?
- b. Quais fatores envolvidos na independência do Brasil?
- c. Qual momento histórico da independência do Brasil?
- d. Quais as características da independência do Brasil?
- e. Os principais impactos do processo de independência do Brasil?
- f. Quais participantes do processo de independência do Brasil (igreja, exército)?
- g. Qual impacto da independência do Brasil na construção de cultura nacional?

As respostas aos questionamentos anteriormente apresentados balizarão o presente trabalho, a fim de elucidar de uma maneira mais didática o presente problema apresentado.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O presente estudo busca compreender o processo de independência sob a ótica política e histórica assim como seus impactos na população brasileira.

1.2.2 Objetivos Específicos

Com a finalidade de delimitar e alcançar o desfecho esperado para o objetivo geral, levantou-se objetivos específicos que irão conduzir na consecução do objetivo deste estudo, os quais são transcritos abaixo:

- a. Conceituar os acontecimentos e processo de independência.
- b. Avaliar os fatores que levaram a decadência do governo imperial no Brasil
- c. Avaliar papel do exército e o papel da igreja na independência.
- d. Apresentar as características que levam ao processo de independência.
- e. Entender o cenário político e histórico envolvido.

- f. Avaliar o período do império a república.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Ao pesquisar elementos da origem da independência e seu processo, destacam-se acontecimentos envolvidos na criação da identidade cultural e social de seu povo. Estudam-se assim os impactos de acontecimentos de expressão nacional do Brasil quando se pensa sobre a independência e como a mesma se deu, e como reflete na construção da identidade nacional.

Sendo assim, é de suma importância que tal assunto seja alvo de debates e estudos pois desenvolve melhor sobre os aspectos políticos e históricos envolvidos na construção da identidade nacional brasileira.

Esta pesquisa é justificada pela importância dada aos acontecimentos para a história do Brasil, para compreensão do contexto político e o aspecto social que envolvia o aspecto político durante a transição do governo monárquico para o republicano e o período conhecido como primeira república, que vai de 1889 com a proclamação no dia 15 de novembro e termina com a revolução de 1930. E pela pequena existência de trabalhos que tenha como referência tais acontecimentos, no contexto apresentado na pesquisa. Portanto, buscou-se reunir informações com o objetivo de responder o problema de quais foram os impactos do processo de independência, do recém-instaurado governo republicano e as condições sociais e econômicas em que se encontrava a região quando foi palco de revoltas populares na primeira república, e da construção da identidade e cultura nacional.

Com o presente estudo pretende-se contribuir com a confirmação do processo histórico e político do Brasil como instrumento de construção de identidade e cultura nacional, valorizando esse aspecto com a compreensão da própria história de uma nação.

2 METODOLOGIA

Na metodologia é compreendido pelos os principais aspectos a serem abordados para resolução do objetivo geral da pesquisa.

Esta pesquisa do tema foi feita com coleta de dados, ou seja, uma pesquisa de revisão bibliográfica. O Trabalho se enquadra como pesquisa de natureza básica do tipo descritiva e exploratória. Descritiva porque expõe características de determinada população e de determinado período. Exploratória porque é motivada pelo interesse em buscar a confirmação dos fatos.

Se trata ainda de uma pesquisa de abordagem qualitativo-descritiva. Segundo Beuren (2006), a pesquisa qualitativa possibilita uma análise mais minuciosa em relação ao fenômeno que está sendo estudado. Assim a pesquisa qualitativa busca analisar informações mais profundas sobre o tema estudado, com base em informações não apenas numéricas para a realização da análise.

Vergara (2011) nos afirma que a abordagem qualitativo-descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, podendo, inclusive, estabelecer correlações entre variáveis.

O delineamento de pesquisa quando é bibliográfica se faz a partir de seleção da bibliografia;

Para a definição de termos, levantamento das informações de interesse e estruturação de um modelo teórico de análise será realizada uma revisão de literatura nos seguintes moldes:

a. Fontes de busca

- Artigos científicos das bases de dados do Scholar Google, do SCIELO.
- Livros e monografias da Biblioteca; e
- Monografias.
- Teses.

b. Estratégia de busca para as bases de dados eletrônicas

Para melhor tratamento a respeito do assunto será utilizada a localização dados eletrônicos, por meio de sites de busca na internet. Para melhor definir a busca, serão utilizados os seguintes termos descritores: independência, processo de independência, independência do Brasil, aspectos políticos e históricos da

independência, construção de identidade e cultura nacional.

c. Critérios de inclusão:

- Estudos publicados em português.

d. Critérios de exclusão:

- Estudos que não sejam relacionados ao tema e os aspectos determinados ao tema.

Como a pesquisa do tema escolhido se dará através de uma pesquisa bibliográfica a investigação foi limitada pela impossibilidade de se aplicar e obter resultados de uma pesquisa aplicada em campo.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Para compreender melhor os aspectos da independência, é preciso que haja uma averiguação do ambiente político que era realizado na época.

Compreende-se por monarquia a maneira de governo que se caracteriza por seu chefe de Estado ser incessante e na maior parte das ocasiões ele é hereditário. De uma forma errada ainda é conhecido atualmente como “governo de um só” através dos indivíduos que seguem as lições de Aristóteles sobre monarquia, aristocracia e democracia, na qual a aristocracia seria o “governo dos bons” ou “de alguns” e democracia “governo de muitos”. Denominar a monarquia assim não é correto, isso porque ela é uma maneira de governo e no que diz respeito a aristocracia e a democracia são formas de organização social. Monarquias são capazes de serem dominadas por uma aristocracia tal como são capazes de serem democráticas da mesma forma que uma república pode ser democrática ou ser dominada por uma aristocracia.

Em território brasileiro ocorreu uma pequena alteração. A monarquia no Brasil era Constitucional, entretanto, existia um “Quarto Poder”, que era o Poder Moderador, que era assegurado ao monarca pela Constituição do ano de 1824; E se fundamentava na teoria de Clermont-Tonnerre, Lanjuinais e Benjamin Constant de

que para garantir a incorruptibilidade dos Três Poderes era necessário que existisse um poder superior, que era exercido pelo chefe de Estado

Sendo assim, no período a Constituição utilizada era a de [1824](#), que despejava no Imperador o exercício do [poder moderador](#), isso quer dizer que, daquele poder que se responsabilizava em conservar a independência do Brasil e zelava pela harmonia dos outros poderes, além de dissolver a Câmara dos Deputados e fazer a convocação de novas eleições (SILVA, 1975).

Desta forma, o Governo absolutista de D. Pedro I, cheio destas prerrogativas e poderes, estava sofrendo por não possuir um adequado relacionamento com os partidos políticos e a Câmara dos Deputados, habitualmente efetuando com eles grandes lutas e embates. As discussões que existiam entre os dois órgãos eram tão proporção que no momento em que foi instalada a Assembléia Nacional Constituinte e em vistas da promulgação da Carta Constitucional, D. Pedro I optou por meramente eliminar de maneira violenta a Assembléia, não dar muita atenção aos debates democráticos e assentir com a Constituição de 1824, evidenciando, com isto, a divergência de ideais que existiam entre Poder Moderador e Partidos Políticos (SILVA, 1975).

Levando em conta este momento de pressão e dicotomia entre o Poder Moderador e os Partidos Políticos foi que D. Pedro I, não podendo suportar mais sua permanência no Poder renunciou ao Trono no ano de 1831 e deixou o Império nas mãos dos regentes, claro que tendo a consciência de que seu filho ainda não tinha idade suficiente, se embasando na Constituição, para reinar e assumir o Trono em seu lugar. Foi então nesta época regencial que as primeiras peculiaridades do parlamentarismo surgiram e começaram a se ressaltar no Brasil. Os governadores que regiam naquele momento começaram a fazer reuniões em Gabinete com o objetivo de fazer face ao prestígio da Câmara dos Deputados que só aumentava, e foi a partir destas reuniões que surgiu a figura do Ministro Presidente, ou Primeiro Ministro (SILVA, 1975).

A monarquia no Brasil existiu desde o início da colonização, entretanto, referindo-se de uma monarquia nacional e independente, desde o dia 12 de Outubro de 1822, no instante em que Dom Pedro I foi ouvido a aclamação do povo brasileiro como legítimo Imperador do Brasil e foi-lhe transferido o poder para convocar uma Assembleia Constituinte. A monarquia brasileira vigorou por aqui no decorrer de quase 70 anos e, dentre todo este período ocorreu outra aclamação, a de Dom

Pedro II, que não foi constitucional já que ainda era muito jovem para possuir o Trono. Entretanto, mesmo assim o povo, que não aguentava mais as revoltas resultadas pela instabilidade da Regência por conta das rixas entre conservadores e liberais, saiu às ruas cantando e declamando assim:

“Queremos Pedro Segundo Ainda que não tenha idade A nação dispensa a lei Viva a Maioridade!”²

Já para finalizar, possuindo a maioria de D. Pedro II e início do II Reinado (1840), o poder passou novamente para as mãos do legítimo Imperador. E este imperador, por sua vez, tendo em mente o cenário político que iria herdar de seu pai e dos governadores regentes, instaurou de maneira expressa o regime parlamentarista e elaborou a função do Presidente do Conselho. Esta ação tinha por objetivo essencial dar ao Ministério uma organização mais representativa e minimizar as discussões já evidentes entre Poder Moderador e Partidos Políticos. Não restando qualquer dúvida, esta era uma inteligente solução para satisfazer a todos, isso porque disponibilizava aos parlamentares (deputados) a chefia do governo, lhes proporcionando o poder para governar, enquanto que continuava também a possuir todo o seu poder Moderador (SILVA, 1975).

De qualquer forma, o parlamentarismo brasileiro não possuía a mesma funcionalidade da maneira como realizado na Europa e, principalmente na Inglaterra. Realmente, o parlamentarismo aqui no Brasil atuava de maneira contrária ao parlamentarismo inglês, por esta razão ele chegou a ser conhecido como parlamentarismo às avessas. O que realmente acontecia era que, em território brasileiro, o próprio Imperador fazia a nomeação do Primeiro Ministro e este realizava a nomeação dos demais ministros do Gabinete parlamentar para efetuarem o seu governo e, em contrapartida, na Inglaterra, o povo era quem fazia a votação de seus parlamentares e estes optavam por quem seria o Primeiro Ministro, sendo capazes de destituí-lo, se fosse preciso (SILVA, 1975).

Desta forma, ainda segundo SILVA (1975), foi que o regime parlamentarista no Brasil passou a existir, sendo um sistema de governo que vigorou até o momento em que ocorreu a Constituição Republicana do ano de 1891, instante então que fora finalmente eliminado. E assim o parlamentarismo teve o seu fim, entretanto, não

² Quadra comum cantada pelos partidários do movimento em prol da Maioridade. Disponível em: <http://www.jangadabrasil.com.br/revista/julho92/cn92007c.asp> . Acesso em: jun. de 2020.

seria a última vez que o Brasil se relacionava com ele. Extremamente o inverso disso, o Brasil seria privilegiado por ele ainda em outra oportunidade na República.

2.2 PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA

É preciso ressaltar que a proclamação da independência do Brasil não foi a mera consequência das ações de D. Pedro, ao bradar a famosa frase “Independência ou Morte!”.

Salientando então que a independência foi a consequência de um processo onde ocorreram inúmeras batalhas disputadas durante todos os anos de colonização, causando inúmeros problemas a cada dia mais, ao passo em que resultavam na ampliação das tensões sociais, econômicas e políticas que prejudicavam a relação entre Brasil e Portugal.

Observando ainda que diferentes movimentos externos, tais como a Independência dos Estados Unidos (4 de julho de 1776), a Revolução Francesa (1789-1799) e também a Independência do Haiti (1 de janeiro de 1804), fomentaram a ampliação dos movimentos libertários brasileiros, tais como a Inconfidência Mineira (1789) e a Revolta dos Búzios, entre outras (ALVES, 2016).

Dessa maneira, a evidente rejeição ao absolutismo monárquico e ao colonialismo aumentava significativamente dentro e fora do Brasil. Evidenciando ainda que a concepção do iluminismo se direcionavam para a liberdade de expressão e de culto, a percepção de que os seres humanos nasciam livres e iguais e que os seus direitos como pessoas deveriam prevalecer sobre os direitos divinos invocados pelos reis com o objetivo de conservar os diversos seus privilégios.

Com essa realidade, pode-se ver que a transferência da Corte portuguesa para o Brasil acabou resultando em um processo de crescimento econômico e cultural jamais visto pelas elites brasileiras.

3 DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

O processo de independência pode ser resumido da seguinte maneira:

No ano de 1789, pode-se ver que a Inconfidência Mineira (Conjuração Mineira) foi finalizada por meio da atuação da Coroa Portuguesa, extinguindo o referido movimento separatista que aconteceu na capitania de Minas Gerais.

Já no dia 13 de agosto de 1798, encerrou-se também a Revolta dos Búzios (Revolta dos Alfaiates, Conjuração Baiana), que ocorria na cidade de Salvador, caracterizada como uma luta popular com o objetivo de alcançar a independência, terminar com a abolição da escravatura e proporcionar maior igualdade racial e social.

No dia 15 de julho do ano de 1799, pode-se ver que D. João Maria de Bragança acabou sendo confirmado como príncipe-regente de Portugal, depois que sua mãe, D. Maria I, recebeu o diagnóstico de louca.

Já no ano de 1803, as Guerras Napoleônicas começaram, ocasião em que Napoleão entrou em guerra com quase toda a Europa. Tratando-se de um significativo problema para as ambições de conquista apresentadas por Napoleão em resistir as ações da Inglaterra (PRIORE e VENANCIO, 2010).

No ano de 1806, tendo a intenção de destruir a economia inglesa e, com essa tática, conquistar a Inglaterra, foi que Napoleão apresentou uma proibição aos países europeus de tratar comercialmente com os ingleses, proibição conhecida como “Bloqueio Continental”. Ressaltando que o país que não respeitasse o referido bloqueio, acabaria sendo invadido pelo francês. Por conta dessa ação, D. João acabou se deparando com uma situação extremamente complicada, levando em consideração que os portugueses eram aliados dos ingleses. Caso D. João respeitasse a imposição de Napoleão, abria chance para a possibilidade de os ingleses buscassem invadir o Brasil, ressaltando que os portugueses tinham a intenção de estabelecer comércio por aqui. Já caso não respeitasse, eram os franceses que iriam invadir Portugal (ALVES, 2016).

Evidenciando então que Portugal não respeitou o bloqueio imposto, foi então que Napoleão optou por fazer a invasão. Entretanto, para conseguir efetivar tal ação, era preciso cruzar o território da Espanha, levando em consideração que os mares recebiam o controle da marinha de guerra inglesa. Dessa forma, no mês de outubro do ano de 1807, o rei espanhol Carlos IV assinou com Napoleão, o Tratado chamado de Fointaneblau, dizendo este que Portugal acabaria sendo dividido em reinos depois de ser invadido. Através do referido tratado, o governo espanhol apresentou a autorização para que as tropas francesas pudessem atravessar o território espanhol para chegar em Portugal (ALVES, 2016).

Já no mês de novembro do ano de 1807, D. João e a família real portuguesa, assim como sua corte, se dirigiram para o Brasil, depois de realizar um pacto com a

Grã-Bretanha para que eles fizessem sua escolta até aqui. A comitiva contava com cerca de 15 mil indivíduos, com 18 navios de guerra portugueses, outros 13 navios de guerra ingleses e também 25 navios mercantes, trazendo para o Brasil tudo o que puderam, itens como dinheiro, livros, documentos, entre outros. Nos navios, além de toda família real, também estavam os nobres, religiosos, médicos, militares, funcionários da coroa, entre diversos outros indivíduos. Dessa forma, quando o exército francês finalmente chegou em Lisboa, se deparou com um reino abandonado e pobre, sendo governado através de uma Junta de Regência (NEVES e MACHADO, 1999).

No começo do ano de 1808, D. João e toda a sua comitiva chegaram na cidade de Salvador. Devendo então respeitar os acordos realizados com a Inglaterra, que defendeu Portugal dos franceses e escoltaram os portugueses até o Brasil, D. João determinou a abertura dos portos do Brasil, ressaltando que até aquele momento unicamente permitiam exportação para Portugal, resultando assim em um livre comércio internacional. O referido ato foi extremamente relevante ao buscar o maior desenvolvimento da economia brasileira, tendo como consequência, o fato de que os produtores agrícolas e comerciantes pudessem prosperar significativamente. De maneira não pensada, este foi um dos passos iniciais que resultaram na independência (NEVES e MACHADO, 1999).

No começo do mês de março do ano de 1808, os portugueses chegaram ao Rio de Janeiro, transformando a cidade na nova sede da corte portuguesa. Dessa forma, D. João passou a estruturar melhor a cidade buscando transformá-la na nova sede do Império Português. Observando ainda que o vice-rei do Brasil, D. Marcos de Noronha e Brito acabou tendo que deixar a sua residência, que era o Palácio dos Governadores, para o rei e sua família se mudassem para ela. Observando ainda que a cidade do Rio de Janeiro vivenciou relevantes transformações, não apenas na área política e administrativa, entretanto ainda na área de saneamento, melhorando então as novas construções para se adequarem ao padrão europeu (ALVES, 2016).

Nos anos seguintes ocorreram transformações políticas, econômicas e sociais ainda mais significativas, sendo elas fundamentais para que o reino pudesse se instalar adequadamente, entre essas mudanças, é possível destacar a criação dos seguintes pontos: Colégio de Cirurgia (em Salvador), Banco do Brasil, Casa da Moeda, Imprensa Régia, Museu Nacional, entre outros (ALVES, 2016). Ademais, acabaram sendo abertas algumas fábricas, assim como foram construídas algumas

estradas e portos otimizados, impulsionando de maneira importante a economia brasileira. Entretanto, todas essas transformações começaram a deixar a elite portuguesa irritada, isso porque, a cada dia mais, tinha que deixar de lado a sua autoridade de colonizador (ALVES, 2016).

No ano de 1815, após Napoleão ser derrotado na batalha de Waterloo, os reis de países que sofreram com a invasão da França, receberam o chamado para voltar para os seus tronos. Entretanto, D. João não tinha a intenção de retornar para Portugal, pois estava mais pobre por conta da guerra travada contra a França (NEVES e MACHADO, 1999).

Dessa maneira, tendo a intenção de fundamentar a sua presença em território brasileiro, no mês de dezembro de 1815, D. João fez com que o Brasil se tornasse um reino, chamado de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (ALVES, 2016).

Ainda no mês de dezembro de 1815, foi elaborada a Carta Régia, determinando esta que o Brasil deveria ser elevado à categoria de Reino. Levando em consideração uma estratégia do reformismo ilustrado, fundamentando assim a permanência da Corte no Brasil.

A elevação do Brasil à condição de Reino atendia à estratégia do reformismo ilustrado e, além de justificar a opção pela permanência da sede da Monarquia no Reino mais promissor, oficializava a completa emancipação da ex-colônia em relação à antiga metrópole, ou seja, anulava qualquer resquício de submissão do Brasil a Portugal (LYRA, 1994, p. 155).

Depois da morte da rainha D. Maria I, no ano de 1818, a quem D. João substituíra, ocorreu então a proclamação e coroação do mesmo como Príncipe Regente, passando a contar com o título de D. João VI.

Observando ainda que no mês de agosto de 1820, deu-se início ao movimento denominado de Revolução Liberal do Porto, momento em que uma junta provisória passou a controlar o país, resultando na criação das Cortes, constituídas pela nobreza, pelo clero e também pela burguesia da época. Essas Cortes fizeram a convocação de uma Assembleia Constituinte, forçando assim a D. João VI a voltar para seu país de origem, devendo ainda respeitar a nova constituição. Através dessas novas regras, era preciso ainda que o Brasil voltasse a ser uma colônia controlada por sua metrópole, Portugal. Sendo assim, o Brasil não era mais um reino unido a Portugal, deixando de ter um vice-reinado, se dividido em províncias autônomas, sendo administradas por governadores que eram definidos pelas Cortes portuguesas (ALVES, 2016).

Ressaltando ainda que:

O movimento constitucionalista teve início na cidade do Porto em agosto de 1820. Com a formação de uma junta de governo paralela à regência de Lisboa, que governava em nome do monarca agora instalado em solo americano, reivindicava a convocação de cortes gerais para a elaboração de uma constituição. Em 15 de setembro, o movimento chegou a Lisboa, onde foi aclamado um novo governo e convocadas as primeiras eleições para a escolha dos representantes do povo (PIMENTA, 2002, p. 163).

Já no ano de 1821, ficava evidente o significativo desenvolvimento do Brasil, observando ainda que Portugal permanecia com poucos recursos depois da guerra travada contra Napoleão, situação que muito prejudicou o comércio do país, situação que ficou pior com a abertura dos portos brasileiros.

No mês de março de 1821, na cidade de Lisboa, foi feita uma votação pela Assembleia Constituinte da emenda que iria extinguir o reino do Brasil. Nessa ocasião, os deputados brasileiros, que eram somente 46 de um total de 72, possuíam a intenção de assegurar possíveis liberdades através da criação de uma nova constituição, entretanto, os deputados portugueses objetivavam algo totalmente diferente, desejando então que o Brasil, mais uma vez, voltasse a ser uma colônia, impossibilitando também o comércio com os demais países.

Pouco depois, já no mês de abril de 1821, com o crescente medo de deixar de exercer sua autoridade real, D. João VI, voltou para Portugal, deixando seu filho D. Pedro, para se tornar o príncipe regente aqui no Brasil. Observando então que a volta da família real para Portugal resultou em um significativo prejuízo para as contas do Brasil, fazendo com que o país apresentasse condições financeiras muito precárias, levando em consideração que os portugueses, semelhantemente quando veio ao Brasil, levaram todos os bens para o país natal, incluindo nisso o dinheiro, as pedras preciosas e joias, causando assim a falência do Banco do Brasil não muito tempo depois (ALVES, 2016).

No começo de dezembro de 1821, a Corte Portuguesa apresentou diferentes decretos para que o Brasil respeitasse, requerendo que a Regência fosse extinta, situação em que D. Pedro deveria voltar para Portugal, fazendo com que ainda a província deveria responder a Lisboa, deixando de lado a cidade do Rio de Janeiro. Esses decretos determinavam também que os tribunais e departamentos administrativos deveriam ser fechados. Essas determinações proporcionaram aos

funcionários públicos um medo relevante de perderem seus empregos, passando a apoiar com mais força a independência.

Observando também que:

A batalha para manter Dom João VI no Brasil fora perdida em abril de 1821. A chave imediata da futura autonomia do Brasil estava agora em persuadir Dom Pedro a ficar. (...). Em resposta a uma petição (...), Dom Pedro anunciou, em 9 de janeiro de 1822, que ficaria no Brasil – episódio conhecido como O Fico. A união com Portugal ainda não fora rompida, mas este importante ato de desobediência da parte do Príncipe Regente equivalia a uma rejeição formal da autoridade portuguesa sobre o Brasil (BETHELL, 2004, p. 217).

A batalha para manter Dom João VI no Brasil fora perdida em abril de 1821. A chave imediata da futura autonomia do Brasil estava agora em persuadir Dom Pedro a ficar. (...). Em resposta a uma petição (...), Dom Pedro anunciou, em 9 de janeiro de 1822, que ficaria no Brasil – episódio conhecido como O Fico. A união com Portugal ainda não fora rompida, mas este importante ato de desobediência da parte do Príncipe Regente equivalia a uma rejeição formal da autoridade portuguesa sobre o Brasil.

Ainda no mês de dezembro de 1821, José Bonifácio, que era integrante do governo provisório de São Paulo, criticou claramente esses decretos, apresentando sua indignação para D. Pedro, deixando claro para ele a relevância de seu papel, dizendo que ele deveria não respeitar esses decretos. Sendo assim, D. Pedro apresentou a nomeação de inúmeros políticos brasileiros, favoráveis à independência, para assumirem cargos administrativos em seu novo governo.

Com a crescente e incessante pressão feita por Portugal resultou na atuação da elite econômica brasileira, fazendo com que ela buscasse reduzir o risco do Brasil voltar a ser uma colônia. Dessa maneira, os fazendeiros e os comerciantes também passaram a apresentar o desejo de que D. Pedro permanecesse no Brasil, fomentando que o mesmo liderasse a busca pela independência do país (ALVES, 2016).

Sendo assim, no dia 7 de setembro de 1822, o até então Príncipe Regente do Brasil, Dom Pedro, que estava a caminho de Santos, recebeu algumas cartas trazidas pelos mensageiros, trazendo com elas as palavras de seu pai, requerendo ele a anulação da Assembleia Constituinte, exigindo que ele retornasse no mesmo momento para Portugal, devendo então obedecer as determinações, caso não respeitasse as determinações, poderia sofrer a pena de intervenção militar.

Entretanto, Dom Pedro ainda recebeu outras cartas, uma do primeiro ministro José Bonifácio, deixando claro que ele poderia seguir apenas dois caminhos, o de voltar para Portugal sendo um prisioneiro de Portugal ou então proclamar a Independência do Brasil, passando a ser o imperador do Brasil. A outra carta foi de sua esposa, Dona Maria Leopoldina, dando total apoio e corroborando com as intenções de José Bonifácio.

Ficando claro assim que era o momento de romper as relações de colônia de Portugal. Foi então que Dom Pedro se dirigiu a sua guarda de honra, e ressaltou que naquele momento as relações entre os países estavam rompidas. Onde então, às 16:30 horas, do dia 7 de setembro de 1822, Dom Pedro ergueu sua espada e disse a tão famosa frase, *“de hoje em diante nosso lema será: Independência ou Morte”*. Ação que ficou conhecida como o Grito do Ipiranga, determinando assim a extinção das relações de colônia brasileira com Portugal (ALVES, 2016).

Cabe ressaltar ainda que o fim do regime político imperial no Brasil não acontece de forma súbita, nos anos finais do segundo reinado, o governo do imperador Dom Pedro II se encontra bastante fragilizado e apresentando indícios de crise, principalmente decorrente de atritos do governo com o exército e a igreja somados ao desgaste do poder pessoal do imperador, que através do poder moderador concedido pela carta constitucional de 1824 concedia ao imperador quase poder absoluto, podendo perdoar as penas impostas aos réus condenados, concessão de anistia, demissão de ministro, entre outros privilégios que enfraqueceram a imagem do imperador perante a sociedade que culpa a monarquia pelas crises sociais, econômicas e guerras internacionais, com isso, o surgimento de partidos republicanos e movimentos que pretendiam chegar ao poder por meio de uma troca brusca de governo, e correntes de pensamento popular que visavam uma república após a morte de Dom Pedro II ficam cada vez mais intensos.

Nos últimos meses de 1889 a ideia republicana recebia numerosas adesões e os conflitos entre os elementos da Guarda Negra (defensores da monarquia) e os republicanos multiplicavam-se. Analisando, finalmente, a questão militar, procura demonstrar que, ao assumir a liderança do movimento, o Exército foi o veículo das aspirações populares: “o povo selecionado no Exército foi o grande operário do movimento”. “O povo e o Exército têm sido os maiores contribuintes da realização das aspirações nacionais (COSTA, 2010, p. 391).

Apesar de todo processo de fragilização do governo com as diferentes esferas sociais, o que leva o Brasil a sair do regime monárquico e entrar no regime

republicano no dia 15 de novembro de 1889 foi um golpe militar que além de instaurar o novo regime, pôs em exílio o imperador e sua família, e um governo provisório assume o país com a necessidade de consolidação do novo regime.

3.1 O papel do Exército

Dos muitos fatores que levaram a decadência do governo imperial no Brasil o mais expressivo deles foi sem dúvidas a insatisfação do exército, o que levou os militares a liderar o movimento, depois da guerra do Paraguai a dívida externa brasileira aumenta e prejudica a economia, os militares que tiveram seu prestígio elevado desejavam maior poder, reconhecimento e prestígio, porém ao contrário disso sofreram algumas censuras por parte do governo e não conseguiram a notoriedade desejada. Contudo, ao contrário do que é comumente disseminado, os motivos que levaram líderes como Benjamin Constant a impulsionarem o movimento republicano vai além das insatisfações com o governo no pós-guerra, os ideais positivistas, o pensamento patriota de que caberia ao exército a salvação da pátria e o convívio no Paraguai com militares que viviam em regime republicano levaram os militares brasileiros, principalmente os de baixa patente, uma vez que o imperador contava com o apoio das patentes mais altas, a terem fortes convicções que os problemas do Brasil seriam resolvidos com a troca de regime.

A guerra do Paraguai é bastante recorrente e unanimidade nos trabalhos e pesquisa quando o assunto é o descontentamento do exército com a coroa, apesar disso, o próprio território brasileiro já havia proporcionado ao exército esse contato com a república, como o movimento da Revolução farroupilha, que gerou a proclamação da república no Rio Grande do Sul e Santa Catarina em 1835, mesmo depois da formação da tríplice aliança e o triunfo no Paraguai, quase 20 anos se passaram até que a junção de fatores levasse ao amadurecimento dos ideais republicanos e consequente ao golpe que foi em sua origem um golpe militar. Celso Castro No livro *A Proclamação da República* diz: “O golpe republicano foi militar, em sua organização e execução; políticos republicanos civis tiveram um papel importante apenas na organização do novo regime, não antes” (CASTRO et. al., 2004, p. 61). A república é proclamada em 1889 sem muita resistência e o poder moderador que era considerado um quarto poder se sobrepondo aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e tinha prerrogativa de supervisionar os demais

poderes não mais vigora constitucionalmente evidenciando o fim do governo imperial no Brasil.

O Brasil amanhece no dia 16 de novembro de 1889 sem Poder Moderador. O Imperador já estava a caminho do exílio. Isso significa que o Brasil não apenas mandou embora a família real, mas que o País abandonou as rotinas institucionais fundamentais do Império (LESSA, 1999³).

O descontentamento da classe militar com o imperador não se mantém de forma oculta e membros do exército chegam a fazer críticas públicas e repudiar ordens do imperador, essa atitude de militares faz com que o imperador Dom Pedro II responda censurando e proibindo alguns militares de falar com a imprensa. Diante desse cenário de crise e transformações ideológicas, na década de 1870 começam a surgir fortes partidos políticos com ideias republicanas. Em 1870 integrantes do partido liberal publicaram um manifesto criticando o modelo político europeu e a figura do monarca membro da família real portuguesa, contudo o imperador Dom Pedro II era um cidadão de prestígio perante a sociedade e até mesmo entre membros do exército, por isso, existiam aqueles a favor da causa republicana somente após sua morte. A exemplo do partido liberal, vieram o PR (Partido Republicano) e o PRP (Partido Republicano Paulista) se unindo a junção de fatores que levarão ao golpe de estado.

Segundo Costa, diz que:

Sobre-estimar o papel do exército na proclamação da república, como fez toda a tradição monarquista desde os primeiros tempos, é esquecer as contradições profundas que abalavam o regime e possibilitaram o sucesso do golpe (COSTA, 2010, p. 462).

A ação e liderança do exército frente ao movimento republicano e conseqüentemente a concretização do golpe na manhã do dia 15 de novembro de 1889 deixou profunda marcas quanto ao papel do exército, porém, o golpe republicano não desbanca de forma brusca um regime sólido, pois o mesmo em decorrência de atritos e crises já vivia um desgaste, a forma como aconteceu, o fato de parte da população não saber que algo de tamanha expressividade estaria prestes a acontecer evidencia o protagonismo militar, apesar de outros setores da

3

Disponível

em:

<https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/10/invencao.pdf> Acesso em: Julho de 2020.

sociedade terem sido fundamentais como apoiadores e principalmente, após movimentação militar.

3.2 Constituição Brasileira Como Solução

Como visto até agora, no fim do mês de abril de 1822, ocorreu então uma transformação da postura na corrente mais liberal. Chegando ao limite da aceitação da opressão sofrida pelas Cortes, situação em que os discursos de independência passaram a ganhar maior força, mesmo que o discurso não fosse tão evidente, em outras palavras, não era apontado claramente o desejo de rompimento com o Reino Unido, se tornando então um tipo de ameaça, vejamos:

A não conhecermos as suas sordidas vistas de lucro, e de injusta recolonização em tantos procedimentos, que nos inculcão como benefícios, diríamos que desta arte elles ou lembrão ou apressão a Independencia do Brasil, (que cedo ou tarde se effectuará, visto que o Brasil já entrou no periodo da sua virilidade, já não precisa de tutella, que a emancipação das Colonias segue huma marcha natural, irresistivel, que jamais forças humanas podem fazer retrogradar) (RCF, N° XXIII, 16 de abril de 1822, p. 274).

Neste sentido, no fim de abril de 1822, ficou muito evidente a existência de uma campanha que buscava resultar na Assembléia no Brasil. Ocasão em que a referida campanha que começou por conta da atuação do periódico Correio do Rio de Janeiro, que em seu nº 11, do dia 22 de abril, que dizia que com esse clamor *“Representemos ao nosso Regente que queremos porque precisamos já, já, já: Cortes, Cortes, Cortes”* (apud LUSTOSA, 2000, p. 176). Recebendo ainda o apoio do Revérbero, observando que:

E se ainda apesar disto insistem, que não ha Constituição, além daquella que fóra nos póde vir [em resposta as críticas feitas pelos Deputados Portugueses de que os brasileiros não tinham nem noção do que se tratava uma Constituição], responderemos também (e não somos os primeiros em publicar esta opinião, que em nada offende a nossa Constitucionalidade), que se algum dia o Brasil lançar mão desse projecto, sejam quaes forem os defeitos da que fizer sobre tantos e tão bons modélos, hão de ser com tudo menores, que os daquella, que for organizada longe do lugar em que deve ser executada, e dos males, que deve remediar (RCF, N° XIV, 23 de abril de 1822, p. 292);

Sim, Principe, rasguemos o véo dos Mystérios, rompa-se a nuvem, que encóbre o Sol, que deve raiar na Esphéra do Brasil. Eleva, eleva o Templo da Liberdade Brasileira; fórme-se nelle o Livro da Lei, que nos deve reger, e sobre as Bases já por nós juradas, em grande pompa seja conduzido e depositado sobre as Aras do Deos de nossos Pais; ahi, diante do Altissimo, que te ha de ouvir, e punir se fores trahidor, jura defendê-la, e guarda la, á

custa do teu proprio sangue; jura identificar-te com ella; o Deos dos Christãos, a Constituição Brasilica, e Pedro, eis os nossos votos, eis os votos de todos os bons Brasileiros... (RCF, N° XV, 30 de abril de 1822, p. 303);

(...) trabalharemos por mostrar como aproveita a maioria de votos de Portugal que nesta e nas outras Provincias de proposito se favoreceu porque era antigo o plano da nossa recolonização, e tinha e tem grandes Patronos, até mesmo entre os nossos Patricios, procuraremos fazer evidente se he em Portugal, ou se he no indispensavel Congresso Brasileiro que devemos buscar o remedio dos nossos males, e se a Constituição, que ha de reger os Povos do Brasil, deve ser feita lá, ou cá (RCF, N° XXVI, 7 de maio de 1822, p. 310).

Mesmo antes da referida campanha ganhar importância, é possível observar ainda as primeiras manifestações referentes à existência de uma briga interna ocorrida entre liberais e conservadores dentro dos partidários da causa brasileira, assim como também uma disputa entre o Ministério Andrada e a Maçonaria. No instante em questão, é possível apontar ainda que a movimentação realizada pelo ministério objetivando fazer uma perseguição aos maçons, usando para isso o poder estatal, por meio do Intendente Geral da Polícia. As lições de Moraes (2004) apontam ainda que a postura autoritária apresentada pelo ministério por meio da compilação de diversos documentos oficiais chamados “Despotismo Horroroso do Ministro José Bonifácio”. Já as lições de Aslan (1975) apontam que as referidas ações ocorriam preventivamente para que a Independência do Brasil, pois caso ela se tornasse uma realidade, ocorresse de maneira tranquila, não causando o total rompimento com Portugal, pois a maior proximidade dos liberais com o Príncipe era evidente e a manifestação buscando favorecer a Assembléia Brasileira se tornava uma significativa ameaça ao projeto de Brasil que fora elaborado por José Bonifácio.

Mesmo com essa realidade do momento, ficou evidente que o despotismo do Ministro não foi capaz de impossibilitar a evolução do liberalismo, principalmente por conta da figura do Príncipe. Ressalta-se ainda que no dia 10 de maio de 1822, o Brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, apresentou a seguinte sugestão:

para ter o Regente um título conferido pelo povo, se lhe pedisse aceitar o de “Protetor e Defensor Perpetuo do Brasil”. Foi adotada a idéia, redigiram Januario Barbosa e Lêdo o discurso que devia pronunciar José Clemente, e se resolveu aproveitar, para realizar, o dia 13 de maio, na ocasião em que se festejasse o aniversário de El-Rei (VARNHAGEN, 1957, p. 117).

É preciso salientar ainda que essa significativa vitória alcançada pelos liberais acabou resultando, momentos depois, no surgimento da Assembléia Brasileira. Já no dia 23 de maio, José Clemente, que era presidente do Senado da Câmara do Rio

de Janeiro, constituindo assim uma delegação formada com integrantes do Rio Grande do Sul e do Ceará, objetivando assim apresentar a D. Pedro uma Representação do Povo do Rio de Janeiro que tenha a intenção de conseguir a tão desejada Constituição Brasileira. Dizendo eles então que *“as leis feitas tão longe, e por gente que não conhecia o Brasil, não poderiam aproveitar-lhe”* (VARNHAGEN, 1957, p. 119). Observando ainda que o conteúdo do documento em questão não era entendida como separatista, bem diferente disso, desejava ainda que o Reino Unido continuasse, mas colocando em prática um regime de governos independentes, que se uniriam para buscar alcançar interesses comuns, semelhantemente ao que iria ser colocado em prática na Grã-Bretanha, chamado modelo de Commonwealth (ASLAN, 1975).

Sendo assim, diversos membros da maçonaria, entendiam que os seus projetos elaborados para o Brasil pareciam estar concretizados no momento em que José Bonifácio passou a ser membro integrante da instituição. Sobre o assunto, as palavras de Barreto et. al. (2003) contribuem dizendo que:

Percebe-se, portanto, que as Lojas não apenas procuravam atrair adeptos para a causa da emancipação, mas também que os partidários desta procuravam filiar-se a elas para melhor realizar o seu objetivo. A Maçonaria aparece, então, funcionando como verdadeiro partido, dentro do qual começam a surgir as primeiras discórdias oriundas de interesses diversos (BARRETO et. al., 2003, p. 231).

Dessa maneira, já no dia 1º de junho, Joaquim Gonçalves Ledo e José Mariano de Azeredo Coutinho foram eleitos os representantes do Rio de Janeiro para fazer parte do Conselho de Procuradores. Ambos procuradores acabaram se juntando a D. Lucas José Obes, que era um deputado eleito por Montevideu buscando assim comparecer a Junta de Cortes Portuguesas, que se encontrava na cidade do Rio de Janeiro, e, tratando-se de uma pessoa eleita pelo povo de sua Província, deveria ser apontado como o representante de sua região nesse novo órgão. Sendo assim, os três passaram a trabalhar no Conselho no dia 3 de junho, pedindo uma convocação de forma urgente para a realização de uma Assembléia Geral Constituinte e Legislativa Brasileira. Ressaltando ainda que esse pedido foi aceito por D. Pedro, assinando ele, imediatamente, o decreto que resultou na convocação da Assembléia LusoBrasileira, sem contar com a presença de José Bonifácio, não conseguindo juntar forças buscando fazer oposição ao relevante desenvolvimento da influência liberal sobre o príncipe. Observando ainda que os

relatos de Oliveira Lima (apud ASLAN, 1975, p. 193) evidenciavam ainda que “*José Bonifácio dissera a Mareschal (ofício de 26 de maio de 1822) que era impossível resistir à corrente: o país achava-se em estado febril*”.

Cabe apontar ainda que o referido período ficou caracterizado por meio da existência de uma relevante doutrinação e propaganda voltada para a Constituição Brasileira, entretanto, era feita de forma diferente da realizada antes. No referido momento, as manifestações eram realizadas por meio de um combate contra a imagem do visconde de Cairu, onde José da Silva Lisboa, por meio do seu periódico, chamado Reclamação do Brasil, mesmo que a princípio ter dado legitimidade para a voz contrária sobre as medidas de recolonização praticadas pela Junta de Cortes Portuguesa, não concordava com a criação de um legislativo no Reino do Brasil, resultando então em acusações de “corcunda” pelos liberais, levando em consideração que desejava que existissem Cortes aqui e nem lá (RCF II, Nº 1, 28 de maio de 1822, p. 5). Mesmo com esse problema, pode-se ver que o partido liberal foi capaz de fazer com que suas demandas pudessem ser aceitas e a doutrinação colocada em prática pelo Revérbero também passou a ser deixada de lado. Ressaltando ainda a importância dessa Assembléia Brasileira, o referido periódico passou a apresentar para seus leitores instruções sobre o significado de se contar com uma constituição, dizendo assim:

He o estabelecimento destes direito naturaes e inipreceptiveis, anteriores ás Leis que só estabelecem direitos positivos, ou relativos, que nós chamamos Constituição de hum Povo: nem cremos, que o acto desta Constituição deva enunciar alguns outros.

Pode-se bem vêr por esta definição simples e verdadeira, que não he novidade o que os Brasileiros querem; que todos os Povos tem a mesma Constituição tacita ou expressa, porque elles todos tem os mesmos direitos, porque todos os recebem da Natureza, e porque nenhum poder, nenhuma vontade os póde despojar: (...) porque se estes direitos não estão enunciados sobre hum Livro, estão gravados no Coração dos Cidadãos, se são livres;

(...) diremos também que o defeito cardeal das Constituições modernas he de terem estabelecido por hum mesmo acto, defeitos de diferente natureza; de terem confundido o que dá existencia ao Corpo político com o que o conserva; em huma palavra, a Constituição do povo (no sentido preciso) com as suas instituições. (...) Acrescentaremos finalmente que he viciosa toda a Constituição, que em vez de limitar-se a estabelecer os direitos do Povo, quizer prender o Povo no exercicio desses seus direitos (RCF II, Nº IV, 18 de junho de 1822, p. 40).

Uma diferente manifestação doutrinária realizada durante o período em questão é a defesa do regime Monárquico Constitucional, que segundo os seus redatores, contava com a característica de ser a maneira mais eficiente de se

constituir um governo, ressaltando ainda que a *“Monarchia Representativa unica que nós dezejamos, e que he a perfeição dos Governos, liga a Virtude das Republica, com a honra das Monarchias”* (RCF II, Nº 14, 17 de agosto de 1822, p. 171). Ademais, a referida posição evidencia a relevância dos laços do partido liberal com o Príncipe, deixando claro ainda a vontade de fazer com que o vinculo com Portugal permanecesse, mesmo por meio de uma ligação das Dinastias que governam ambos os Reinos, sobre o assunto, vejamos:

Venturoso Brasil! alérta!. Agora mais do que nunca te cumpre fixar no teu seio a Séde da tua Soberania, para que levantes com mão segura hum muro inexpugnavel entre o system Europeo, que injustamente te persegue, e o system Americano, que pode fascinar-te, distrahindo-te da marcha nobre, que começaste com tão digno Defensor. Venturoso Brasil! União, tranquillidade, confiança no Governo, amor á Liberdade Constitucional. *“Redire sit nefas”* (RCF II, Nº 4, 18 de junho de 1822, p. 47);

Pelo nosso abraçado systema de Monarquia Representativa, nós saboreamos todos os fructos da Liberdade, sem nos expormos aos seus excessos. A paz, de que hoje gosão, foi precedida de longos trabalhos, porque a hydra da sangrenta Anarquia por muitas vezes reproduzio as suas decepadas cabeças no meio dos que se diziam Irmãos. A nossa paz será fructo da nossa Prudencia, da nossa bem entendida reunião com o grande e liberal Principe, que jurára defender o Brasil e a Liberdade; que dado pela Providencia como centro proprio e necessário das operações de tão vastas Provincias como as do nosso Reino, quer, que façamos pelos nossos Representantes as Leis por onde seremos regidos em corpo magestoso e respeitavel. A fortuna de termos hum grande Pedro, da mesma Dinastia por nós escolhida e adorada, herdeiro do Senhor D. João o 6º que defenderemos sempre, he mais apreciavel sem duvida, que a dos habitantes do vastissimo Imperio do Norte [Estados Unidos] (RCF II, Nº 10, 30 de julho de 1822, p. 115-116);

Ella [experiência] nos diz, que = a Anarquia he hum mal =, ela nos clama, que = o Despotismo he outro mal. = Procuremos pois o meio do Canal, por onde a Náo póssa hir ao porto, e fuçamos das sirtes e dos escólhos, que bórdão as suas margens, medio tutissimus ibis. Navegando por este meio, os Póvos, que buscão escapar ás injustiças, e os Principes que expóstos á lisonja são inclinados á seguir os conselhos do amor ao poder, deixão de enganar-se, ou pela ideal felicidade da Democracia, ou pela aparente doçura de huma Arbitrariedade impunida (RCF II, Nº 12, 13 de agosto de 1822, p. 146);

As informações analisadas até então sobre os grupos brasileiros da época evidencia a realidade vivenciada na cidade do Rio de Janeiro, situação em que o partido liberal ficava cada dia mais próximo de D. Pedro. Observando ainda que as peculiaridades do momento eram significativamente favoráveis, fazendo com que o partido conservador, que era mais focado na figura do ministro José Bonifácio, passou a ceder mais no decorrer do tempo, observando ainda que a iniciação do príncipe na maçonaria, tornou a referida relação ainda mais forte, foi uma sugestão do próprio José Bonifácio. Os estudos de Aslan (1975) ainda garantem que o próprio

príncipe desejava fazer parte da instituição em questão, sem existir qualquer possibilidade de que o ministro negasse seu pedido. Ressaltando ainda que a proposta recebeu aprovação, ocasião em que no mesmo dia D. Pedro passou a fazer parte da instituição. As consequências da referida aproximação do Príncipe com o partido liberal fica mais evidente por meio da publicação de dois manifestos que foram elaborados pelo Príncipe, contando com uma natureza separatista, apresentando ainda diferentes ameaças de Independência e críticas muito fortes sobre a condução política realizada por meio da Junta de Cortes de Lisboa, mesmo onde um deles acabou sendo elaborado por José Bonifácio, que evidentemente acabou sucumbindo aos liberais naquele instante.

Neste sentido, ficaram muito evidentes as adequadas condições que beneficiavam o alcance da Independência. Observando ainda que os argumentos que fundamentavam a realização desse processo, essencial para a política do Reino do Brasil, idealizados pelo partido liberal, ficaram evidentes desde os desentendimentos iniciais sobre as medidas que eram apresentadas pela Junta de Cortes Portuguesa.

3.3 O cenário político após a proclamação e as medidas para consolidar o regime republicano

Com a queda da monarquia inicia o governo provisório de Marechal Deodoro da Fonseca, buscou-se a resolução dos principais problemas e o afastamento de características marcantes do período imperial como a separação entre igreja e Estado, conseqüentemente veio o casamento civil, uma nova identidade de nação era pretendida, com isso houve mudanças na bandeira eliminando os símbolos que fazia referência a monarquia e foi estampada a frase “Ordem e Progresso” atribuída ao pensamento positivista que influenciou os próprios ideais republicanos no período final do regime imperial. As elites militares que foram forças ativas na concretização da implantação do novo regime pretendiam um país com uma política mais segura, autoritária e centralizada, por outro lado, as elites civis pretendia uma maior descentralização deste poder, a partir disso, é comum historiadores fazerem a divisão desse período sendo o primeiro de 1889 até 1894 e ficou conhecido como “república da espada” fazendo referência aos dois militares que governaram nesse período, Marechal Deodoro da Fonseca que governou de 1889 até 1891 e Floriano

Peixoto de 1891 até 1894. Em 1891 os políticos liberais que eram a favor de uma política mais centralizada e temia uma eventual ditadura comandada pelo Marechal Deodoro, aprovaram uma nova constituição, a primeira republicana, e teve como base a constituição dos Estados Unidos, essa constituição estabeleceu a república presidencialista, com isso, uma de suas primeiras medidas foi à elevação das províncias que passaram a ser estados e foi adotado o federalismo no Brasil, com o governo presidencialista.

Art 1º – Fica proclamada provisoriamente e decretada como a forma de governo da nação brasileira a República Federativa.

Art 2º - As Províncias do Brasil reunidas pelo laço da federação ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil. (BRASIL, 1891).

O voto também era novidade e este era concedido apenas aos homens maiores de 21 anos e era aberto, ou seja, não era secreto e isso é um fator importante para a compreensão desse período. Com o voto aberto, o processo de manipulação do resultado das eleições era facilitado e não decidido de forma autônoma.

Art 28º - A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos pelos Estados e pelo Distrito Federal, mediante o sufrágio direto, garantida a representação da minoria.

Art 30º - O Senado compõe-se de cidadãos elegíveis nos termos do art. 26 e maiores de 35 anos, em número de três Senadores por Estado e três pelo Distrito Federal, eleitos pelo mesmo modo por que o forem os Deputados.

Art 31º - O mandato do Senador durará nove anos, renovando-se o Senado pelo terço trienalmente.

Parágrafo único - O Senador eleito em substituição de outro exercerá o mandato pelo tempo que restava ao substituído (BRASIL, constituição de 1891).

Como um dos fatores importantes para o enfraquecimento do império, uma forte crise econômica ainda afetava os rumos da economia brasileira, na tentativa de resolver os efeitos da crise, algumas políticas econômicas foram adotadas. A política do encilhamento foi uma medida econômica, atribuída em geral pelos historiadores ao então ministro Rui Barbosa, que visava liberar os bancos a emitirem papel moeda (dinheiro) e incentivo ao crédito. A medida por sua vez, encontra fundamentos se houver um olhar detalhado para o contexto brasileiro após a proclamação da República, com o distanciamento dos antigos modelos de produção e um maior processo industrial em crescente desenvolvimento e um maior número de mão de obra assalariada, principalmente após o fim da escravidão e política tinha o intuito de

resolver a falta de dinheiro. A medida criou uma centralização bancária no Brasil com apoio o governo, e com pressões políticas outros bancos acabaram por conseguir a autorização para emitir moeda, com isso, a produção se tornou excessiva trazendo desordem para o sistema econômico brasileiro e provocando consequências negativas agravando ainda mais o processo de crise.

A forte crise econômica afetava diretamente o governo, gerando o fortalecimento de algumas oposições, dentre políticos e a própria população, em agosto o congresso apontou um conjunto de leis que limitava e diminuía os poderes presidenciais, o que em resposta levou o presidente a dissolver o congresso com a promessa de promover novas eleições e revisar a constituição a fim de obter efeito contrário, ou seja, o fortalecimento do poder executivo e a diminuição da participação dos estados. Com a medida, líderes de oposição foram presos e a imprensa censurada, os militares se dividiram entre os apoiadores do presidente e os opositores que foram chamados de Florianistas. O Almirante Custodio de Mello com o apoio do também almirante Vandenkolk ameaçaram bombardear o Rio de Janeiro então capital do país, o episódio ficou marcado como sendo a primeira revolta da armada. Cedendo a pressão em novembro de 1891 Deodoro da Fonseca renunciou o cargo de Presidente do Brasil e teve como sucessor o então vice-presidente Floriano Peixoto.

Floriano Peixoto inicia seu governo com ideais convictos de liderança de modo a exercer a força e liderar o país de forma centralizada. Segundo Caio Prado Júnior, suas primeiras medidas como Presidente da República foram o restabelecimento do congresso e a demissão de chefes de governos estaduais que haviam apoiado Marechal Deodoro Por este motivo, em 1893 acontece a Segunda Revolta da Armada, reprimida com força pelo presidente que não se rende rendeu às ameaças (NEVES e MACHADO, 1999).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo de revisão se pode compreender, mesmo que de forma resumida, alguns dos aspectos da independência, verificando sob um olhar do ambiente político que era realizado na época, se pode, portanto, verificar o papel do exército e da igreja no período de independência brasileira e ver como foram importantes e atuantes nos movimentos sociais e políticos do período. Todo cenário

político era dependente do exército e da igreja e sem ele medidas para um governo republicano não poderiam existir.

Se compreendeu quanto ao exército, que a decadência do governo imperial no Brasil foi sem dúvidas devido a grande insatisfação do exército, o que levou os militares a liderar o movimento, depois da guerra do Paraguai, onde não houve o reconhecimento esperado e ainda, pelo contrário, sofreu-se de censura por parte do governo no lugar do prestígio esperado pela classe militar.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cresio. **Independência do Brasil, 2016**. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/2016/10/Independencia-do-Brasil-drCresio-ok.pdf>. Acesso em: Julho de 2020.

ASLAN, N. Subsídios para uma Biografia de Joaquim Gonçalves Lêdo: Textos e Documentos. Rio de Janeiro: Editora Maçônica, 1975.

BARRETO, C. B. et al. Ação da sociedades secretas. In: O Brasil Monárquico, tomo II: o processo de emancipação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BETHELL, Leslie. A Independência do Brasil, in: Bethell, Leslie (org.). História da América Latina: Da independência até 1870. Volume III, 1a ed., 1a reimpr. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm> . Acesso em: Julho de 2020.

BEUREN, Ilse Maria (org). **Como elaborar trabalhos monográficos: teoria e prática**. Longaray A.; Raupp F.; Souza M.; Colauto R.; Porton R. 2. ed. São Paulo Atlas, 2006.

CARVALHO Leandro. **As origens do coronelismo no Brasil**. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/origens-do-coronelismo-no-brasil.htm/> Acesso em: jun. de 2020.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Victor; e KRAAY, Hendrik.(orgs.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República – Momentos Decisivos**. 7ª ed. 2010.

LESSA, Renato. **Cadernos da Escola do Legislativo, 1999**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/publicacoes_assembleia/periodicas/cadernos/arquivos/pdfs/10/invencao.pdf> Acesso em: Julho de 2020.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil: Bastidores da política (1798-1822)**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MORAIS, A. J. M. **A Independência e o Império do Brasil, ou, a independência comprada por dois milhões de libras esterlinas e o império do Brasil com dois imperadores no seu reconhecimento, e cessão, seguido da história da constituição política do patriarcado, e da corrupção governamental, provado com documentos autênticos**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

NEVES, Lucia Maria B. Pereira das. MACHADO, Humberto Fernandes. **O Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PIMENTA, João Paulo Garrido. **Estado e Nação: no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo: FAPESP, 2002.

PRIORE, Mary Del; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2010.

SALDANHA, Nelson Nogueira. **História das Idéias Políticas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.

SILVA, Hélio et al. **História da república federativa brasileira – as crises e as reformas – 1962-1964**. 1ª edição. ed. Três. São Paulo. 1975.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Do projeto ao relatório de pesquisa**. In: PINHO, S. Z. (Org.). **Cadernos de formação: formação de professores**. Educação, cultura e desenvolvimento. v. 3. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.

VARNHAGEN, F. A. **História da Independência do Brasil**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1957.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 96 p.